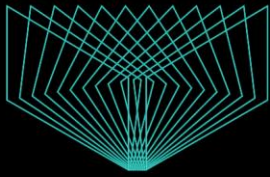


“O atribulado divórcio do gás russo na Europa”

Fundação Francisco Manuel dos Santos e Brookings Institution lançam *policy paper* sobre a resposta da Europa à dependência energética em relação à Rússia

- O estudo, realizado em parceria com a Brookings Institution, um dos principais *think tanks* do mundo, representa um passo importante na ambição da FFMS de se tornar uma referência internacional na produção de conhecimento e promoção do debate sobre os grandes desafios do nosso tempo.
- O *policy paper* agora apresentado faz parte de uma série de seis artigos sobre a transição energética da Europa, a serem publicados até ao final de 2025, sendo que o primeiro analisa o afastamento em curso da Europa em relação ao gás russo, e é divulgado quarta-feira, dia 17 de julho, [no site da FFMS](#).

A Brookings Institution, um dos mais conceituados *think tanks* norte-americanos, foi fundada em 1916 e tem sede em Washington, D.C. Possui um histórico notável na área de políticas públicas, tendo desempenhado um papel crucial no desenvolvimento de iniciativas como o *Plano Marshall*. A parceria entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos e esta instituição norte-americana contou com a colaboração da FLAD - Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, na pessoa da sua Presidente Rita Faden, que, na prossecução da missão de impulsionar a cooperação entre Portugal e os Estados Unidos da América, promoveu o diálogo entre as duas instituições que desenvolvem o estudo, contribuindo significativamente para o sucesso desta iniciativa.



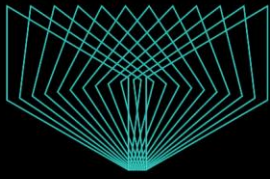
Para Gonçalo Saraiva Matias, presidente da FFMS, "o lançamento deste estudo assinala um marco importante da estratégia de internacionalização da Fundação. Ao colaborar com instituições de renome internacional estamos a trazer para Portugal mais conhecimento e experiência, em áreas fundamentais, para um melhor entendimento dos desafios globais que afetam o nosso país".

O ATRIBULADO DIVÓRCIO DO GÁS RUSSO NA EUROPA

«Mais de dois anos após a invasão da Ucrânia por Putin, a dependência energética em relação à Rússia mantém-se»

O *policy paper*, da autoria de Samantha Gross, especialista em política externa, energia e política climática, e de Constanze Stelzenmüller, diretora do centro de estudos da Europa e dos EUA da Brookings, para além de especialista em segurança e geopolítica, começa por explicar que o abastecimento estável de energia é, normalmente, descrito em termos de um «trilema», em que se procura um equilíbrio entre a segurança do aprovisionamento, a sustentabilidade ambiental e a acessibilidade económica. Até há dois anos, apenas os últimos dois eram o foco da atenção política europeia. Mas, com a invasão da Ucrânia pela Rússia, a segurança do abastecimento deixou de ser considerada um dado adquirido - e o paradigma energético da Europa mudou.

Antes da invasão, mais de 40% do gás natural importado pela Europa vinha da Rússia, o seu maior fornecedor individual, através de quatro condutas principais. Alguns países europeus dependiam da Rússia para mais de 80% do seu aprovisionamento de gás, incluindo a Áustria e a Letónia. Mas a Alemanha era de longe o maior cliente de gás russo em termos de volume, importando quase o dobro do volume de Itália, o segundo maior cliente.

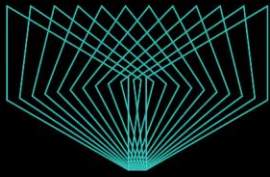


A forma como a Europa enfrentou o corte de gás russo é muitas vezes descrita como heroica, com o continente a assegurar novos aprovisionamentos ou poupando energia. A resposta rápida foi impressionante, e inimaginável antes do conflito, mas esconde diferenças regionais no acesso à energia e nas medidas tomadas. Essa disparidade dificultará uma resposta política unificada no futuro, mesmo no seio da União Europeia.

No entanto, conclui-se que o divórcio entre a Europa e o gás russo está longe de estar concluído: globalmente, em 2023, a Europa ainda importava 14,8% do seu abastecimento total de gás da Rússia, com 8,7% a chegar através de gasodutos e 6,1% sob a forma de GNL.

As autoras indicam que a reação global da Europa tem sido surpreendentemente resiliente, tendo acarretado uma boa dose de sorte devido às elevadas temperaturas que se fizeram sentir nos dois últimos invernos, o que acabou por atenuar as necessidades energéticas de alguns países mais expostos. Os europeus conseguiram libertar-se quase completamente do gás russo através da redução da procura e da substituição por gás natural liquefeito (GNL). Visto da perspetiva russa, esta resiliência europeia foi um desastre geopolítico, uma vez que, ao contrário do que acontece com o petróleo, por questões infraestruturais, a Gazprom não pode substituir clientes europeus por clientes asiáticos, o que levou a que os preços do gás natural voltassem aos níveis pré-guerra.

Apesar disto, este afastamento e adaptação tem sido muito diferente de país para país e tem tido um custo elevado – nomeadamente, graves prejuízos para as indústrias de uso intensivo de energia, subsídios controversos, políticas protecionistas e aumento de tensões políticas entre países europeus. Esta é, por isso, uma trajetória incompleta e exposta a riscos futuros, tais como a contínua chantagem contra os países europeus que continuam a importar gás russo, o fim do acordo de circulação de gás ucraniano, uma eventual vitória de Trump nas



presidenciais dos Estados Unidos, em novembro, ou a elevada volatilidade que é típica do mercado de GNL.

Em suma, a Europa continua, por enquanto, largamente dependente do gás importado, tendo-se limitado a diversificar os seus fornecedores e a aumentar a sua dependência relativa do GNL, que é mais caro.

Por último, este *policy paper* adverte para a necessidade de abordar questões políticas fundamentais, num futuro próximo: quais devem ser os papéis dos mercados e dos governos na gestão da economia do gás e na distribuição de recursos escassos? Se a segurança do fornecimento de gás faz agora parte da postura da Europa face à segurança geral de um continente interdependente, aberto e globalizado, o que é que isso significa para o estatuto das infraestruturas essenciais e das empresas energéticas? Que papel deverá a UE desempenhar na integração do mercado europeu do gás e na resolução das desigualdades de distribuição e das respostas de políticas fiscais protecionistas? E, finalmente, como é que tudo isto se insere na aliança transatlântica? A segurança energética deve fazer parte das competências da NATO e, em caso afirmativo, de que forma? Os restantes cinco *policy papers* desta série da Brookings Institution e da FFMS abordarão estas e outras questões.

Para esclarecimentos adicionais:

Manuel Louro | 918 881 124 | manuel.louro@jlma.pt

Maria João Soares | 914 237 487 | mjsoares@jlma.pt